



JULHO | 2026

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

O QUE É

A INDISCIPLINA, A VIOLÊNCIA E A SENSACÃO DE INSEGURANÇA nas escolas públicas brasileiras são desafios reais que preocupam gestores, professores e famílias. Ao mesmo tempo, no debate público, existe uma percepção de que as escolas militares apresentam melhores resultados educacionais e maior capacidade de promover disciplina e organização do que as escolas civis. Esses dois fatores – a busca por respostas para os problemas de convivência e segurança nas escolas e a reputação atribuída às escolas militares – impulsionaram a expansão das escolas cívico-militares em diferentes regiões do país.

As escolas cívico-militares são unidades de ensino público regular que adotam um modelo de gestão compartilhada entre as secretarias de Educação e órgãos ligados à segurança pública ou às Forças Armadas. Nesse arranjo, a gestão pedagógica permanece sob responsabilidade dos profissionais ligados à secretaria de Educação, enquanto militares da reserva ou agentes de segurança atuam principalmente no apoio à gestão administrativa e à organização da rotina escolar, além de atividades relacionadas à convivência e à mediação de conflitos.

O modelo cívico-militar é relativamente recente e foi impulsionado pela criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) do Ministério da Educação. O programa começou a ser implementado em 2020 com 54 escolas-piloto e alcançou 216 unidades até o final de 2022¹. Mesmo após sua descontinuidade pelo governo federal em 2023, alguns estados e municípios mantiveram a expansão do modelo por meio de iniciativas próprias. O Paraná, por exemplo, conta hoje com 345 unidades, a maior rede estadual do país com esse modelo.

Apesar de frequentemente associadas, escolas cívico-militares e escolas militares não são o mesmo modelo. Essa distinção é essencial para compreender o debate e avaliar seus resultados. As escolas militares possuem objetivos, formas de funcionamento, critérios de seleção, condições de oferta e escalas bastante distintas. O exemplo de escola militar mais conhecido é o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), gerido pelo exército, composto por 15 unidades, concentradas

1. Ao longo da implementação do programa, algumas escolas deixaram o Pecim, enquanto outras passaram a integrá-lo. Para fins de análise, consideramos apenas as unidades que permaneceram no programa durante todo o ciclo entre 2019 e 2023.

em capitais e cidades-sede de comando militar. O universo das escolas militares abrange também colégios vinculados a polícias militares estaduais – modelo presente em vários estados, mas que ganhou maior escala em Goiás, onde os Colégios Estaduais da Polícia Militar (CEPMG) reúnem atualmente 82 unidades e constituem a rede mais consolidada do país nesse formato.

Tanto as escolas militares federais quanto os CEPMG operam em condições distintas das escolas cívico-militares, como demonstra o quadro abaixo. Por essa razão, não devem ser utilizados como parâmetro para avaliar a expansão do modelo cívico-militar. ■

Comparação entre os modelos de escolas cívico-militares, escolas militares e Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)

ASPECTO	ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	COLÉGIOS MILITARES DO EXÉRCITO	ESCOLAS DA POLÍCIA MILITAR (CEPMG/GOIÁS) ²
Vínculo institucional	Escolas públicas regulares que contam com participação de militares apenas em atividades voltadas à disciplina e convivência escolar e apoio administrativo	Instituições de ensino vinculadas às Forças Armadas, com estrutura e regulamento próprios	Escolas públicas geridas pela Polícia Militar estadual
Quem faz a gestão pedagógica da escola?	Secretaria de Educação	Estrutura militar do Exército Brasileiro	Compartilhada entre Secretaria de Educação e Polícia Militar, sendo que a liderança é exercida por oficial da PM
Como funciona o currículo dessas escolas?	Segue o referencial curricular da rede	Currículo próprio aprovado pelo MEC	Segue o referencial curricular da rede
Quem são os professores dessas escolas?	Professores concursados/contratados vinculados à secretaria de Educação	Professores civis concursados pelo Exército e militares docentes	Professores concursados/contratados vinculados à secretaria de Educação
Quem pode frequentar essas escolas?	Matrícula na rede pública, geralmente por adesão das famílias	Processo seletivo, com reserva de vagas para dependentes de militares da ativa	Sorteio, com matrículas diretas residuais para dependentes de militar transferido e estudantes em vulnerabilidade social ³
Como essas escolas são financiadas?	Orçamento da Educação	Orçamento da Defesa	Orçamento da Educação e da Segurança Pública, mais contribuições voluntárias das famílias

2. O caso de Goiás foi incluído no quadro por ser o modelo estadual mais reconhecido e consolidado de escolas da Polícia Militar

3. Art. 16 do Edital. Disponível em: [PDF 202600002003074](#).

1. As escolas cívico-militares apresentam melhores resultados educacionais



As evidências disponíveis sobre o impacto das escolas cívico-militares na aprendizagem ainda são limitadas.

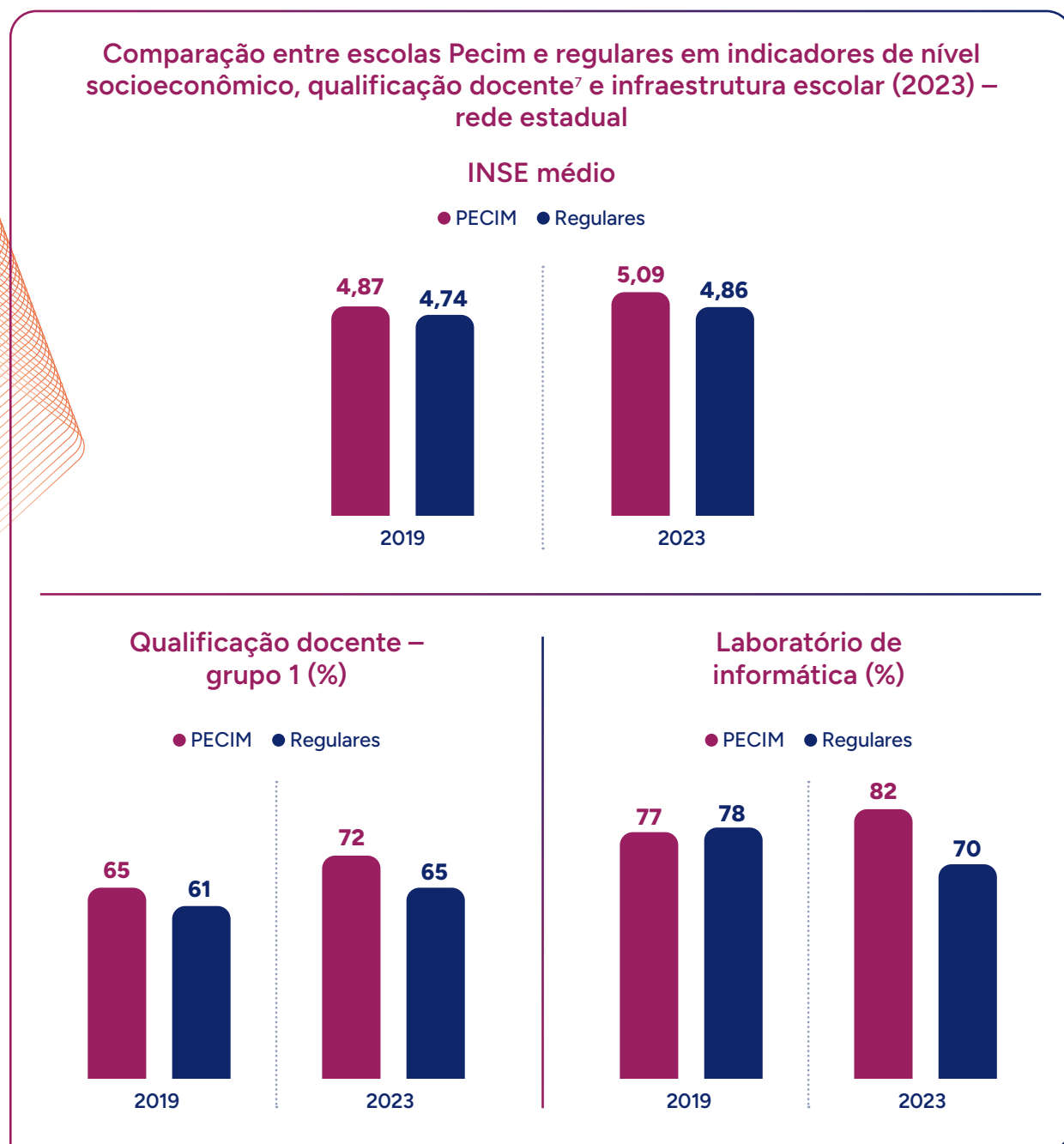
A **MAIOR PARTE DOS ESTUDOS** que apontam resultados positivos analisa modelos de gestão militares, como os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)⁴ e escolas militares do Ceará⁵, e não o modelo cívico-militar adotado em escolas públicas regulares. Além disso, os próprios autores reconhecem limitações importantes na análise dessas escolas, incluindo amostras reduzidas e dificuldades para controlar o viés de seleção.

Até o momento, o estudo que avaliou especificamente escolas cívico-militares, realizado em Santa Catarina⁶, não encontrou impactos estatisticamente significativos no Ensino Fundamental e identificou um efeito negativo de 6,3% sobre o Ideb do Ensino Médio quando comparadas a escolas semelhantes que não adotaram o modelo.

Outro argumento frequentemente utilizado em defesa das escolas cívico-militares é que as unidades participantes do Pecim melhoraram seus indicadores educacionais entre 2019 e 2023. De fato, as escolas participantes registraram crescimento no Ideb – no Ensino Médio, por exemplo, a média passou de 3,78 para 4,29. O Pecim, porém, não criou novas escolas: promoveu a transformação de escolas públicas regulares já existentes. Para aderir ao programa, estados e municípios firmavam parceria com o Ministério da Educação e, em contrapartida, recebiam apoio técnico e financeiro para sua implementação, incluindo recursos para adequações de infraestrutura, aquisição de equipamentos e mobiliário, além da disponibilização de militares para atuar nas funções previstas pelo modelo.

4. DE ARAÚJO, Jevuks Matheus et al. Evaluating the impacts of the Brazilian model for military public schools. *International Journal of Educational Development*, v. 116, p. 103300, 2025. Disponível em: [Evaluating the impacts of the Brazilian model for military public schools - ScienceDirect](#).
5. BENEVIDES, Alesandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. *Nova economia*, v. 30, n. 1, p. 317-343, 2020. Disponível em: [Brasil - Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará](#).
6. HEINEN, Vicente Loeblein; MATTEI, Lauro; MULLINARI, Mauricio. A militarização das escolas melhora o desempenho escolar? Evidências a partir da implantação das escolas cívico-militares no estado de Santa Catarina. *Revista NECAT—Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 14, n. 28, p. 96-110, 2025. Disponível em: [A militarização das escolas melhora o desempenho escolar? Evidências a partir da implantação das escolas cívico-militares no estado de Santa Catarina | Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense](#).

Como mostra a Figura 1, as escolas participantes do Pecim já apresentavam, em média, condições de oferta mais favoráveis do que o conjunto das escolas públicas brasileiras antes mesmo da implementação do programa. Ao longo do período, essas vantagens foram mantidas ou ampliadas: as escolas receberam investimentos adicionais em infraestrutura, passaram a contar com maior proporção de professores com formação adequada e atendiam, proporcionalmente, menos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



Fonte: Inep, Censo Escolar e Indicadores Educacionais, 2019 e 2023. **Elaboração:** Todos Pela Educação.

7. Indicador de Adequação da Formação Docente, do Inep. O grupo 1 reúne os docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.

Esse cuidado metodológico é especialmente importante porque, nas escolas cívico-militares, os militares atuam principalmente no apoio à gestão administrativa, à organização da rotina escolar, à convivência e à disciplina, sem exercer funções docentes nem responder pela gestão pedagógica. Dessa forma, não é possível atribuir eventuais ganhos de aprendizagem exclusivamente à presença desses profissionais nas escolas.

Esse ponto é reforçado pelo fato de que muitas das condições observadas em escolas militares de alto desempenho também estão presentes em escolas privadas e em escolas de tempo integral, que tendem a registrar bons resultados sem qualquer participação militar. Isso sugere que o diferencial está menos na presença dos militares e mais nas condições de ensino e aprendizagem oferecidas e no perfil de estudantes dessas escolas. ■

IDEIAS EM DEBATE

2. Faz sentido ampliar o investimento em escolas cívico-militares diante das prioridades da educação



A expansão das escolas cívico-militares precisa ser analisada não apenas pelo seu custo direto, mas principalmente pelo seu custo de oportunidade.

EM UM CONTEXTO DE RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA, cada recurso destinado à ampliação desse modelo reduz o espaço para investimentos em políticas educacionais com evidências mais consistentes, maior potencial de escala e relação mais direta com os principais desafios da Educação Básica.

Esse ponto é especialmente relevante porque o modelo exige gastos adicionais com profissionais externos à carreira educacional, em geral vinculados à segurança pública ou às Forças Armadas. Em alguns casos, essa escolha gera distorções importantes: em São Paulo, por exemplo, monitores militares da reserva podem receber remuneração superior à de professores da rede estadual, com diferença de até cerca de R\$ 1.000 em um mês padrão⁸. Assim, profissionais sem formação pedagógica passam a receber mais do que docentes para desempenhar funções de menor complexidade, o que enfraquece a valorização do magistério e a estrutura de incentivos

8. Ver: SP: Monitor cívico-militar pode receber R\$ 1.000 a mais que professor.

e progressão das carreiras educacionais. Estudo recente da USP identificou ainda o uso indevido de recursos do Fundeb para remunerar militares em ao menos 22 municípios de cinco estados, prática vedada pela legislação federal⁹.

Nesse sentido, ao invés do pagamento de profissionais externos à carreira educacional, esses recursos poderiam ser investidos em pautas mais estruturantes, como a valorização e formação continuada de professores, incluindo o pagamento do piso nacional do magistério, ações voltadas à recomposição de aprendizagens, o fortalecimento da gestão escolar e até mesmo para a expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é hoje um grande desafio observado entre as redes de ensino. ■

IDEIAS EM DEBATE

3. A militarização é uma resposta eficaz à violência escolar



Até o momento, não há dados empíricos suficientes para afirmar que as escolas cívico-militares reduziram a violência em comparação com outros modelos de organização escolar.

OUTRO ARGUMENTO CENTRAL ENTRE OS DEFENSORES do modelo cívico-militar é de que sua implementação teria reduzido a violência nas escolas¹⁰. No entanto, essa afirmação carece de evidências robustas. **Atualmente, existe apenas uma pesquisa sobre o tema, que se baseia exclusivamente em uma pesquisa de percepção com escolas participantes do programa, sem comparação com escolas regulares ou em relação ao período anterior e posterior à implementação do modelo.**

Isso não significa que o tema deve ser minimizado. Problemas de disciplina, violência e clima escolar são desafios reais e aparecem em sistemas educacionais de diferentes países¹¹. Sobre isso,

9. CÁSSIO, Fernando. ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA MILITARIZADAS E MILITARES NO BRASIL BASE DE DADOS NACIONAL. 2026. Disponível em: [NT_BASE_MILIT.pdf](#).

10. Esse argumento está presente, por exemplo, no relatório de defesa do Projeto de Lei nº 2.154, de 2023, que visa instituir o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: [COMISSÃO](#).

11. UNESCO. Behind the Numbers: Ending School Violence and Bullying, 2019. Disponível em: [Behind-the-Numbers.pdf](#).

os dados do Pisa 2022 mostram que o Brasil apresenta indicadores de violência escolar próximos à média dos países da OCDE¹² e da América Latina¹³, como mostra a tabela abaixo.

Indicadores de violência escolar – Brasil, média OCDE e média América Latina, Pisa 2022 (% de estudantes e diretores)

INDICADOR	QUESTIONÁRIO	BRASIL	MÉDIA OCDE	MÉDIA AL
Presenciou briga com ferido na escola	Estudante	19,0%	17,0%	22,5%
Ouviu ameaça entre estudantes	Estudante	25,6%	20,2%	25,1%
Viu gangues na escola	Estudante	7,1%	12,1%	11,7%
Viu arma na escola	Estudante	8,1%	10,6%	10,8%
Escola foi vandalizada	Diretor	16,2%	19,8%	11,2%

Fonte: Pisa 2022. **Elaboração:** Todos Pela Educação.

Apesar de também enfrentarem desafios relacionados à violência escolar, nenhum outro país da OCDE ou da América Latina inclui, segundo levantamento realizado, a presença de militares em escolas públicas regulares como estratégia de enfrentamento a esse problema. Essa ausência indica que esses países têm priorizado abordagens com maior respaldo empírico, detalhadas a seguir.

A literatura sobre clima escolar indica que ambientes disciplinados e seguros resultam da qualidade das relações interpessoais, do sentimento de pertencimento dos estudantes e da legitimidade das normas escolares, não de mecanismos externos de controle, que produzem conformidade temporária sem alterar o clima¹⁴. Quando as equipes escolares encontram dificuldades para lidar com problemas de convivência e de gestão da disciplina em sala de aula, isso aponta para a necessidade de fortalecer a formação docente e a gestão escolar, não de transferir essa função para profissionais sem formação pedagógica, como os militares.

Nesse sentido, a sensação de ordem e segurança que o modelo cívico-militar oferece, por meio da presença de mais adultos acompanhando os estudantes no cotidiano escolar e a articulação da escola com a segurança pública, pode ser alcançada por outros caminhos: fortalecimento da ronda escolar, protocolos de acionamento das forças de segurança para situações graves e equipes multiprofissionais preparadas para lidar com conflitos nas escolas. ■

12. Média OCDE calculada com base nos países membros disponíveis no arquivo de microdados do PISA 2022 (entre 29 e 30 dos 38 membros, variando por questão).

13. Média AL calculada a partir dos 12 países latino-americanos participantes do PISA 2022, excluindo o Brasil.

14. VINHA, Telma Pileggi et al. O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. Estudos em Avaliação Educacional, v. 27, n. 64, p. 96-127, 2016.

4. Existem alternativas às escolas cívico-militares com resultados educacionais mais consistentes



Existem políticas com maior acúmulo de avaliações e evidências de impacto do que as escolas cívico-militares.

O **DEBATE SOBRE MODELOS ESCOLARES** deve se orientar pelo que as evidências indicam ser mais eficaz para enfrentar os desafios centrais da Educação Básica brasileira: patamares baixos de aprendizagem, desigualdades persistentes, trajetórias irregulares e o aumento da percepção de violência nas escolas.

Nesse sentido, existem políticas com maior acúmulo de avaliações e evidências de impacto do que as escolas cívico-militares. Entre elas, destacam-se as experiências de educação integral em tempo integral e de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No caso do Ensino Médio, essas alternativas são especialmente relevantes por se tratar de uma etapa marcada por dificuldades históricas de permanência e conclusão, assim como de aprendizagem.

As evidências disponíveis indicam que modelos bem estruturados de Ensino Médio Integral podem reduzir a evasão, melhorar a aprendizagem e ampliar o acesso ao ensino superior de forma consistente¹⁵. O modelo responde também à preocupação com segurança: evidências mostram queda de 11,8% no índice de violência velada (ameaças, consumo de drogas e presença de armas) em escolas com oferta integral; e redução de até 51% na taxa de homicídios entre jovens de 15 a 19 anos em municípios que implementaram o programa em Pernambuco¹⁶. É um modelo com retorno comprovado para a vida dos estudantes.

Os dados reforçam esse quadro. A tabela abaixo compara indicadores educacionais entre escolas do Pecim e escolas de Ensino Médio Integral, e mostra que o EMI apresenta resultados superiores atendendo populações com nível socioeconômico mais baixo.

15. TODOS PELA EDUCAÇÃO. Ensino Médio Integral: como tem sido o avanço no país? São Paulo: Todos Pela Educação, setembro de 2025. Disponível em: [Revisado_Estudo de Monitoramento Público sobre avanços do EMI no Brasil](#).

16. ROSA, Leonardo; BRUCE, Raphael; SARELLAS, Natália, Effects of school day time on homicides: The case of the full-day high school program in Pernambuco, Brazil, São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2022. Disponível em: https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2022/06/IEPS_WP16.pdf.

Comparação de indicadores educacionais entre escolas Pecim e escolas de Ensino Médio Integral (EMI) – rede estadual (2023)

	ESCOLAS PECIM	ESCOLAS EMI
Ideb	4,29	4,67
Aprendizado adequado em Língua Portuguesa (%)	32%	42%
Abaixo do básico em Matemática (%)	59%	49%
INSE médio	5,09	4,83

Fonte: Inep, Censo Escolar e Saeb, 2023. Elaboração: Todos Pela Educação.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em expansão no país, é outra alternativa relevante. A articulação entre formação geral e qualificação profissional amplia concretamente as chances de inserção no mercado de trabalho formal, um benefício que o modelo cívico-militar não oferece.

Escolas militares, como algumas experiências federais e estaduais voltadas a públicos com interesse específico nesse tipo de formação ou em carreiras militares, operam em escala reduzida e sua existência como oferta opcional é legítima e distinta da expansão do modelo para a rede pública regular. O problema não é o formato em si, mas sua adoção como política de escala para a rede pública: uma expansão que, como demonstrado ao longo deste documento, não encontra respaldo nas evidências disponíveis e não oferece aos estudantes qualificação profissional ou proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento integral dos estudantes. ■



O TODOS PELA EDUCAÇÃO RECONHECE que a demanda por escolas mais seguras, organizadas e com ambiente disciplinado é legítima. O debate sobre as escolas cívico-militares emerge, em grande medida, de preocupações reais de famílias e comunidades escolares diante do alto índice de indisciplina dos estudantes e dos episódios de violência escolar que ganharam maior visibilidade nos últimos anos. Mais do que isso: alguns dos valores que o modelo cívico-militar busca promover – respeito às regras, civismo, organização da rotina escolar – são, de fato, importantes para o aprendizado.

A questão central, portanto, não é se esses objetivos são válidos, mas se a presença de militares da reserva é o caminho mais eficaz para alcançá-los. Com base na análise das evidências disponíveis, o Todos Pela Educação entende que as escolas cívico-militares não reúnem as condições necessárias para se consolidar como uma estratégia efetiva de melhoria da educação pública brasileira. O Todos Pela Educação recomenda que candidaturas comprometidas com a melhoria da educação pública priorizem a expansão do ensino em tempo integral e da educação profissional e tecnológica, a ampliação e qualificação das equipes gestoras e o fortalecimento da formação docente, além de estratégias específicas de enfrentamento à violência escolar com evidências robustas de impacto. Essas políticas têm maior potencial de impacto em escala, podendo chegar a um grande número de estudantes da rede, não apenas aos matriculados em unidades selecionadas. ■

EM RESUMO

1. As escolas cívico-militares apresentam melhores resultados educacionais?



NÃO HÁ EVIDÊNCIAS robustas de que eventuais resultados positivos sejam causados pela presença de militares. Os estudos favoráveis ao modelo analisam, em geral, escolas militares, e não o modelo cívico-militar. No caso do Pecim, as escolas já partiam de melhores condições de oferta e passaram a atender proporcionalmente menos estudantes em situação de vulnerabilidade. Assim, não é possível atribuir os ganhos observados diretamente à presença militar, e sim a essas condições.

2. Faz sentido ampliar o investimento em escolas cívico-militares diante das prioridades da educação?



NÃO. Em um contexto de restrição orçamentária, a expansão desse modelo reduz o espaço para investir em políticas com evidências mais consistentes e maior potencial de escala. O modelo ainda gera distorções na carreira docente, ao remunerar profissionais externos à educação, vinculados à segurança pública ou às Forças Armadas, para funções administrativas e disciplinares, por vezes acima do que recebem professores. Esses recursos poderiam, em vez disso, ser direcionados à valorização e formação continuada de professores, à recomposição da aprendizagem, ao fortalecimento da gestão escolar e à expansão do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3. A militarização é uma resposta eficaz à violência escolar?



NÃO HÁ DADOS EMPÍRICOS suficientes para afirmar que escolas cívico-militares reduzem a violência. As informações disponíveis se baseiam em uma única pesquisa de percepção, sem comparação com escolas regulares ou análise antes e depois da implementação. Embora a violência escolar seja um desafio real, os dados do Pisa mostram que o Brasil tem indicadores próximos à média internacional, e países da OCDE e da América Latina não adotam militares em escolas regulares como resposta ao problema. As evidências apontam para outro caminho: fortalecimento da convivência, pertencimento dos estudantes, legitimidade das normas e equipes preparadas para lidar com conflitos.

4. Existem alternativas às escolas cívico-militares com resultados educacionais mais consistentes?



SIM. O modelo de Ensino Médio Integral (EMI) tem um conjunto robusto de evidências: reduz evasão, melhora aprendizagem, amplia acesso ao ensino superior e reduz violência escolar, com resultados superiores aos do Pecim mesmo atendendo estudantes mais vulneráveis. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também é uma alternativa, oferecendo qualificação para o mercado de trabalho, algo que o modelo cívico-militar não oferece.



**TODOS
PELA
EDUCAÇÃO**



todospelaeducacao.org.br



[@todospelaeducacao](https://www.instagram.com/todospelaeducacao)



[/company/todospelaeducacao/](https://www.linkedin.com/company/todospelaeducacao/)



[@Todospelaeducacao](https://www.youtube.com/@Todospelaeducacao)



[@TodosEducacao](https://twitter.com/TodosEducacao)



[@todoseducacao](https://www.facebook.com/todoseducacao)



Todos Pela Educação